



EDITAL COMPLEMENTAR N. 002/2026 DO 1º LOTE DE CONVOCAÇÕES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 001/2026

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2025

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, ESTADO DA PARAÍBA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal, pelas demais leis e atos normativos municipais, notadamente o Edital de Concurso Público n. 001/2025 e o Edital de Convocação n. 001/2026;

CONSIDERANDO a análise da documentação apresentada pelos candidatos convocados;

CONSIDERANDO a necessidade de oportunizar a regularização de vícios formais e a complementação de documentos indispensáveis à posse;

TORNA PÚBLICA a presente convocação para complementação documental:

Art. 1º Ficam os candidatos abaixo relacionados convocados para, até o dia 17 de junho de 2026, apresentar a documentação complementar indicada na tabela constante deste edital.

Art. 2º A entrega deverá ocorrer presencialmente, na Sede da Prefeitura Municipal de São Domingos/PB, no horário normal de expediente.

Art. 3º A complementação deverá observar a tabela abaixo:

Candidato(a)	Cargo	Documentação complementar exigida
José Wesley Gonzaga do Nascimento	Motorista D Condutor Escolar	Apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal competentes (TJPB e TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar declaração própria de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF.





Ana Caroline Fernandes de Oliveira Cavalcante	Auxiliar de Consultório Odontológico	Apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal competentes (TJPB e TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar certidão atualizada de regularidade do CRO/PB.
Daniel Mayke Bezerra Trajano da Silva	Coveiro	Apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal competentes (TJRN e TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; regularizar o comprovante de residência em nome de terceira pessoa (apresentar comprovação do grau de parentesco ou declaração de residência assinada pelo real proprietário do imóvel atestando a residência).
Edinilson Matias Rodrigues	Psicólogo com ABA	Apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar declaração própria de não acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública; comprovar o desligamento do vínculo público ativo com o Município de Patos/PB ou apresentar documentação completa para análise de acumulação lícita; apresentar declaração própria de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse.
Jorge Miguel Lima Oliveira	Orientador Educativo	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 1º grau e 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar declaração própria de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse, considerando que a apresentada contempla apenas o vínculo atual com o Governo do Estado, deixando de fora os demais vínculos públicos registrados na CTPS digital.
Leonardo Fernandes de Lacerda	Motorista D Condutor Escolar	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 2º grau; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; regularizar o comprovante de residência, pois o



		documento juntado está em nome de terceiro sem vínculo comprovado e com divergência de endereço; apresentar declaração própria de pleno gozo dos direitos civis e políticos; apresentar páginas comprobatórias da carteira ou cartão de vacinação do filho menor de 7 anos; comprovar o registro, validação ou aceitação do curso de condutor de transporte escolar pelo DETRAN/RENACH.
Letícia Cristina Cardoso Meira	Fisioterapeuta	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 1º grau e 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar declaração própria de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse, considerando que a apresentada contempla apenas o vínculo com o Município de Sousa/PB, deixando de lado outros que, porventura, tenham sido exercidos; regularizar o comprovante de residência (apresentar comprovação do grau de parentesco ou declaração de residência assinada pelo real proprietário do imóvel atestando a residência); apresentar comprovação do registro regular no Conselho de Classe.
Lucas Daniel Marinho da Silva	Operador de Máquinas Agrícolas	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 1º grau e 2º grau; apresentar Carteira Nacional de Habilitação na categoria C, D ou E; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar comprovante de PIS/PASEP/NIS.
Moisés de Oliveira Batista	Professor B Português	Apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; regularizar o comprovante de residência (apresentar comprovação do grau de parentesco ou declaração de residência assinada pelo real proprietário do imóvel atestando a residência); apresentar explicações quanto à existência de vínculo ativo com a UFCG em regime de 40h semanais, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, considerando que, em tese, isso caracteriza incompatibilidade de horários.



Othon Leonardo Dantas Martins	Motorista D Condutor Escolar	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar declaração específica de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse; comprovar o registro, validação ou aceitação do curso de transporte escolar pelo DETRAN/RENACH.
Ruan Francisco da Silva	Motorista D Condutor Escolar	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar declaração própria de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse; comprovar o registro, validação ou aceitação do curso de transporte escolar pelo DETRAN/RENACH.
Anatilde Dalila Suassuna Sousa	Nutricionista	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 1º grau e 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente, em 1º grau e 2º grau (TRF-5); apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar certidão atualizada de regularidade do CRN-6; apresentar explicações a respeito do vínculo ativo com o Município de Nazarezinho/PB, em regime de 40H semanais, o que, em tese, pode gerar incompatibilidade de horários.
Ayllanderson Carneiro de Alencar	Engenheiro Civil	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 1º grau e 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; esclarecer eventual vínculo público ativo com o Estado da Paraíba ou com o Município de Serra da Raiz/PB, identificados na declaração de imposto de renda, mediante declaração de inexistência de vínculo,



		comprovação de desligamento ou documentação para análise de acumulação.
Bismark Alves da Silva	Médico Veterinário	Apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 2º grau.
Débora Araújo dos Santos	Auxiliar de Consultório Odontológico	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 1º grau e 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 2º grau; apresentar declaração própria de não acumulação ilícita de cargo, emprego ou função pública; apresentar comprovante de PIS/PASEP/NIS; apresentar certidão atualizada de regularidade do CRO/PB.
Fernando Pereira dos Santos	Operador de Máquinas Pesadas	Apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar Carteira Nacional de Habilitação na categoria C, D ou E; apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 2º grau; apresentar comprovante de quitação militar (certificado de reservista).
Francisco Reyggs Araújo de Sousa	Eletricista	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau.
Flávia Viana Pereira Mariz	Farmacêutico-Bioquímico	Apresentar certidões judiciais criminais do Tribunal de Justiça do Estado de residência (TJPB), em 2º grau; apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau.
Iarythssa Duarte de Araújo	Professor B Matemática	Apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau; regularizar o comprovante de residência, pois a conta apresentada está em nome de terceira pessoa sem vínculo comprovado nos autos (comprovar se é parente ou apresentar declaração de residência informando o vínculo); apresentar declaração própria de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse, considerando que a apresentada engloba apenas o



		vínculo com a UFCG, deixando de lado outros que, porventura, tenham sido exercidos.
Susana Mairlla de Sousa Martins	Odontóloga	Apresentar certidões judiciais criminais da Justiça Federal competente (TRF-5), em 1º grau e 2º grau; apresentar certidão específica de crimes eleitorais; apresentar certidão atualizada de regularidade do CRO/PB; apresentar comprovante de situação cadastral regular do CPF; apresentar comprovante de residência atualizado; apresentar declaração própria de inexistência de penalidade administrativa vigente impeditiva de posse, considerando que a apresentada engloba apenas o histórico de vínculos com o Município de Pombal/PB, deixando de lado outros que, porventura, tenham sido exercidos.

Art. 4º A não apresentação da documentação complementar no prazo indicado, ou a apresentação insuficiente dos documentos exigidos, poderá ensejar a declaração de inaptidão documental do candidato, com as consequências previstas no edital do concurso, no Edital de Convocação n. 001/2026 e na legislação aplicável.

Art. 5º A análise final da documentação ficará condicionada à conferência administrativa dos originais e à verificação de autenticidade dos documentos apresentados.

Art. 6º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

São Domingos/PB, 11 de junho de 2026.


ADEILZA SOARES FREIRES
Chefe do Poder Executivo



Links úteis:

Certidões TJPB: <https://app.tjpb.jus.br/certo/paginas/publico/solicitarCertidao.jsf>.

Certidões TJRN: <https://www.tjrj.jus.br/certidoes/certidao-de-antecedentes-criminais/>.

Certidões TRF-5: <https://certidoes.trf5.jus.br/certidoes2022/paginas/certidaocriminal.faces>.

Comprovante de Regularidade do CPF:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp>.





**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE ADMINISTRATIVA
VIGENTE IMPEDITIVA DE POSSE**

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão
_____, portador(a) do RG n. _____ e inscrito(a) no CPF
sob o n. _____, residente e domiciliado(a) à
_____,
declaro, sob as penas da lei, que não possuo penalidade administrativa vigente que me impeça
de tomar posse em cargo, emprego ou função pública.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas poderá acarretar
responsabilização administrativa, civil e penal, além da anulação do ato de posse.

_____/_____/_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Convocado(a)



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão
_____, portador(a) do RG n. _____ e inscrito(a) no CPF
sob o n. _____, residente e domiciliado(a) à
_____,
declaro, sob as penas da lei, que sou o(a) real proprietário(a) do imóvel situado à
_____.

Declaro, ainda, que _____,
portador(a) do RG n. _____ e inscrito(a) no CPF sob o n.
_____, reside no referido endereço.

O vínculo existente entre o(a) declarante e o(a) residente é de
_____ (parentesco/locação/cessão gratuita/outro: especificar).

Declaro que as informações acima são verdadeiras, estando ciente de que eventual falsidade
poderá acarretar responsabilização administrativa, civil e penal.

_____/_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Convocado(a)



**DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO ILÍCITA DE CARGO, EMPREGO OU
FUNÇÃO PÚBLICA**

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão
_____, portador(a) do RG n. _____ e inscrito(a) no CPF
sob o n. _____, residente e domiciliado(a) à
_____,
declaro, sob as penas da lei, que não acumulo ilicitamente cargo, emprego ou função pública,
seja na administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

Declaro, ainda, que não percebo remuneração, proventos ou vantagens em desconformidade
com as regras constitucionais e legais aplicáveis à acumulação de cargos, empregos, funções
públicas ou proventos.

Comprometo-me a comunicar imediatamente ao órgão competente qualquer alteração
superveniente que possa modificar a presente declaração.

Declaro que as informações acima são verdadeiras, estando ciente de que eventual falsidade
poderá acarretar responsabilização administrativa, civil e penal.

_____/_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Convocado(a)





DECLARAÇÃO DE PLENO GOZO DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

Eu, _____,
nacionalidade _____, estado civil _____, profissão
_____, portador(a) do RG n. _____ e inscrito(a) no CPF
sob o n. _____, residente e domiciliado(a) à
_____,
declaro, sob as penas da lei, que me encontro em pleno gozo dos meus direitos civis e
políticos.

Declaro, ainda, que não estou sujeito(a) a qualquer causa de suspensão ou perda de direitos
políticos, bem como não possuo restrição civil que impeça minha posse ou exercício em
cargo, emprego ou função pública.

Declaro que as informações acima são verdadeiras, estando ciente de que eventual falsidade
poderá acarretar responsabilização administrativa, civil e penal.

_____/_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura do(a) Convocado(a)